

V CONTSEMG



RENOVA AS LUTAS DA CATEGORIA

A categoria definiu suas estratégias de lutas mais imediatas e de mobilização dos trabalhadores para os próximos anos, visando pontos fundamentais como uma postura contra as terceirizações e privatização, propostas para o saneamento, além de posicionamento sobre as questões política, econômica e social do país.

De 12 a 14 de agosto, mais uma vez o Congresso dos Trabalhadores em Saneamento do Estado de Minas Gerais (**V CONTSEMG**) teve uma presença significativa de todos os agentes que atuam no setor de saneamento ambiental, com palestras importantes sobre projetos e desafios que devemos enfrentar para a realidade ainda precária para a população brasileira em termos políticas ambientais e sanitárias.

O V Contsemg foi prestigiado com exposições de lideranças de entidades como a CUT, Federação Nacional dos Urbanitários (FNU/CUT), Sindieletrô e participações do Dieese, Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE MG) e Instituto Trata Brasil.

No sábado, 14, os congressistas aprovaram o documento que norteará as ações da categoria. Em breve, todo o este conjunto de medidas será informado à categoria através do jornal SINDÁGUA MG, além de postar na página da entidade na internet.

Copasa atrasa definição do auxílio-doença e dificulta opção da categoria

Ainda não chegou ao sindicato minuta de regulamento para garantir o auxílio doença que era previsto no Plano BD da Previminas.

A Copasa demora em demasia em definir as regras que deverão garantir o auxílio-doença atualmente contemplado no Plano BD da Previminas. Durante as negociações do acordo coletivo conseguimos garantir este direito através de acordo para que a entidade possa examinar a proposta a ser apresentada pela Copasa e assegurar o direito à complementação salarial para os trabalhadores afastados por doença.

Os trabalhadores, que esperam esta solução do auxílio-doença hoje garantido no plano Benefício Definido (BD), só poderão fazer a opção pela nova modalidade de plano após a certeza de que não serão prejudicados.

Outro atraso da empresa é a formação de

grupo de trabalho com a presença de representantes do SINDAGUA MG, DEAPES, Copass Saúde e Copasa visando dar solução aos problemas do plano de saúde de baixo risco e adequando os novos procedimento da Agência Nacional de Saúde, contemplando a criação de um saldo odontológico e a criação de um fundo para subsidiar os custos dos procedimentos para os aposentados por tempo de serviço, além de outros problemas.

Os trabalhadores continuam severamente prejudicados para realizarem procedimentos médicos de baixo risco, sobretudo tratamento odontológico, pelo esgotamento do saldo consignável O Sindicato exige da empresa que tome urgentemente as medidas necessárias, para que o direito estabelecido no acordo coletivo(cláusula 14ª, § 3º) seja efetivamente cumprido.

Sindáguia esclarece a categoria sobre novos planos da Previminas

A direção do SINDÁGUA participa de reuniões em várias localidades no Estado, orientando os trabalhadores participantes da Previminas, para que possam fazer uma opção consciente na opção pelo novo modelo de plano da Previminas. Todos os problemas históricos na administração da Previminas, os reajustes escandalosos, as mobilizações e processos judiciais movidos pelo sindicato e as alternativas apresentadas pela entidade estão sendo discutidas com os trabalhadores.

Diretores do Sindicato estão sendo chamados em suas localidades pelos próprios trabalhadores, que preferem tomar sua decisão após os esclarecimentos do SINDÁGUA, apesar de receberem também informações passadas pela própria Copasa e Previminas.

A maior preocupação do sindicato é para que nenhum participante tome decisão precipitada, sem conhecer as diferenças de cada plano oferecido após o saldamento, orientando-os a correta utilização do simulador colocado à disposição dos trabalhadores pela Previminas, de forma que cada companheiro possa optar por aquela modalidade que lhe ofereça maiores benefícios.

Previminas quer calar Conselho Deliberativo

Quando um país muda sua Constituição, toda a sociedade é mobilizada. Elege seus deputados e senadores constituintes e todo o trabalho é exaustivamente acompanhado pela imprensa, discutindo quaisquer propostas apresentadas. Este procedimento de transparência deve acontecer na discussão de todos os regulamentos que regem sociedades, permitindo a todos estabelecer seus interesses coletivos.

Infelizmente, não é isto que está acontecendo na Previminas. Sua direção encaminhou uma proposta de mudança estatutária para aprovação em uma única reunião do seu Conselho Deliberativo, sem discutir as alterações com os principais interessados, ou seja, todos os participantes da Fundação. Pior ainda, o Conselho Deliberativo foi obrigado a votar mudança que tira seu próprio poder, e transformando num instrumento meramente homologatório das decisões da direção executiva da Previminas.

Este procedimento, que fere a Emenda Constitucional nº 20 de dezembro/2008 (Reforma da Previdência), e nas Leis Complementares 108 e 109 de maio/2001 (Regime de Previdência Complementar), além da CGPC nº 13 de outubro/2004 (Princípios, Regras e Práticas de Governância), mais uma vez obriga as entidades representativas dos trabalhadores participantes na Previminas a lutar para reverter o que poderia vir a ser nova irregularidade. Foram encaminhados vários ofícios à autoridades competentes para que tais iniciativas sejam interrompidas e se observe os seguintes procedimentos:

- a) Submeter a proposta à análise e discussão dos interessados (patrocinadoras e participantes);
- b) Encaminhar para aprovação dessa Instância

(tarefa das patrocinadoras);

c) Submetê-la ao Conselho Deliberativo da Previminas; e

d) Buscar a manifestação final da PREVIC/Ministério de Previdência Social.

Em documento do Grupo COMPLEMENTAÇÃO foi manifestado o repúdio pelo “tratamento desrespeitoso a que fomos submetidos, e registramos nossa preocupação com o acontecido, no momento delicado que estamos passando, com a mudança da estratégia previdencial da COPASA, A Previminas, pela sua história pregressa marcada por trapalhadas na gestão do Plano Previdencial, resultado de má gestão de diretorias que deixaram triste memória e sérias conseqüências para os seus beneficiários, é vista com grande desconfiança pelos participantes. A forma como foi conduzido até aqui o processo de mudanças no Estatuto é uma clara quebra de confiança e aumentará essa avaliação negativa da Fundação”.

Ainda neste documento, o COMPLEMENTAÇÃO deixa registrado que, “no que tange ao enfraquecimento do Conselho Deliberativo, por considerarmos que isto confronta os termos da Lei Complementar 108/2001, – na hipótese de dar-se curso ao atual processo de alteração do Estatuto da Previminas – não teremos alternativa senão fazer denúncia à PREVIC, para salvaguardar os direitos dos participantes”.

O documento foi encaminhado ao presidente da Copasa, Ricardo Simões, Presidente da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, Renata Vilhena, ao presidente do Conselho de Administração da Copasa, João Fleury Filho, e ao Diretor Presidente da Previminas, Carlos Megale Filho.